

Previdência buscará mais título privado

Para manter a rentabilidade diante da taxa Selic menor -que remunera os títulos públicos- e da exigência do governo de que os fundos de [previdência](#) invistam em papéis de prazo mais longo, os produtos voltados à aposentadoria deverão aplicar mais em títulos de empresas. São papéis com risco maior que o dos títulos públicos, pois dependem da capacidade das companhias privadas de honrar seus pagamentos, mas que, por isso mesmo, rendem mais. Na avaliação de economistas e gestores de recursos consultados pela Folha, a maior exposição a papéis privados será realidade não só nas carteiras de previdência privada, mas nos fundos de investimento em geral. A ressalva no caso das aplicações para aposentadoria -tanto do tipo PGDL (Plano Gerador de Benefício Livre) quanto VGDL (Vida Gerador de Benefício Livre)- é que, por lei, os títulos privados não podem representar mais de 80% do total em carteira. "Hoje, a composição desses fundos pode ser 100% em títulos públicos, mas não em privados", destaca Osvaldo Nascimento, presidente eleito da FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) e diretor-executivo de produtos de investimento e previdência do Itaú. "Daqui para a frente, acredito que essa norma deva ser revista para dar mais possibilidades aos fundos de previdência, que vão precisar manter a rentabilidade." Enquanto essa revisão não ocorre, a busca por maior participação de papéis privados dentro do limite atual de 80% já deve ser observada. Resta saber, ponderam especialistas, se as empresas vão emitir papéis de longo prazo na mesma velocidade da demanda dos fundos. Discutir com setor privado e órgãos reguladores o desenvolvimento desse mercado faz parte da agenda 2013 da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). Luiz Sorge, diretor da instituição, destaca que o ambiente atual de juros baixos é um "divisor de águas" para o segmento de previdência. "Acabou o cenário de alta rentabilidade, baixo risco e alta liquidez. Para ter ganhos destacados, é preciso um gestor qualificado." Nesse contexto, a busca de informação pelo investidor, tanto sobre as mudanças que têm ocorrido no mercado quanto sobre o histórico dos gestores de recursos -como bancos e seguradoras-, ganha ainda mais relevância. "Também é importante que os gestores esclareçam cada vez melhor os clientes", diz Robert Van Dijk, vice-presidente da Anbima. FUNDOS DE PENSÃO Outra categoria de previdência, a dos fundos de pensão fechados, também sofreu alterações de regras e quem participa desses investimentos terá de mudar de atitude em relação aos aportes. O CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) reduziu a rentabilidade mínima exigida desses fundos (a meta atuarial) de 6% ao ano, em 2012, para 4,5% ao ano, em 2018. A norma começa a valer neste ano, com redução anual de 0,25 ponto percentual (para 5,75% neste ano) até atingir o mínimo estipulado. Com isso, o investidor terá de aplicar mais por mês para obter a mesma rentabilidade individual que tinha com a meta anterior (veja quadro). A modificação também foi feita para adequar os fundos de pensão à realidade de juros baixos, já que, com a taxa básica em 7,25% ao ano, uma meta de 6% é considerada difícil de alcançar. "Já vinha acontecendo um movimento de compra de muitos títulos de longo prazo a taxas mais altas desde quando o governo começou a reduzir os juros", diz Josê Ribeiro Pena Neto, diretor vice-presidente da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

Normal 0 false false false EN-US X-NONE X-NONE

Acesse o site da Revista Cobertura, e fique por dentro de tudo sobre seguros no portal de seguros, com novas informações atualizadas de hora - em - hora.

Sobre o Autor

Agora você vai conhecer um pouco mais sobre a Cobertura Editora. Uma empresa que há 19 anos presta serviços editoriais e promove eventos voltados para o setor de seguros.

Source: <http://www.artigopt.com>